

# O espectro fantasmático da desigualdade social no conto “O outro”, de Rubem Fonseca

*The fantasmatic spectrum of social inequality in “The other”, a short story by Rubem Fonseca*

Rafael Lucas Santos da SILVA\*

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Marisa Corrêa SILVA\*\*

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

**RESUMO:** O artigo propõe uma hipótese de leitura da narrativa “O Outro”, do escritor Rubem Fonseca (1925-2020), a partir do Materialismo Lacaniano. Com base, especialmente, na noção de “espectro fantasmático”, conforme estudada pelo filósofo Slavoj Žižek (1996a, 2014, 2011a, 2017), focaliza-se o narrador e suas relações com a matéria ficcional da pobreza, buscando esclarecer o significado do artifício narrativo empregado referente à insólita e contraditória formalização das relações de classe dos personagens. Acredita-se que a temática elaborada na narrativa em questão possui lastro histórico com longo percurso de sedimentação no processo histórico-social, especialmente no que tange à figura do “homem livre pobre” (SCHWARZ, 1990, 2000), fazendo ser necessário levar em consideração o binômio exclusão/representação das classes marginalizadas na produção literária brasileira, cuja reflexão estará atrelada à noção do Real lacaniano.

---

\* Realiza doutoramento na área de Estudos Literários, na Linha de Pesquisa Literatura e Historicidade, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). É Mestre em Letras (UEM), com dissertação intitulada *A insígnia de medalhão nos contos de Machado de Assis pelo prisma do Materialismo Lacaniano*. Sob orientação da professora Marisa Corrêa Silva, desenvolve pesquisa sobre o pensamento de Slavoj Žižek e suas aplicações aos Estudos Literários, a partir da qual já publicou, entre outros, o artigo "As vicissitudes da pseudoatividade na mentalidade industrial de Inácio e Benedito" (Revista Letrônica, 2020) E-mail: i3rafael@hotmail.com

\*\* Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), em São Paulo, SP, Brasil; tem pós-doutorado na Rutgers - the State University of New Jersey; professora associada no Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias (DTL) na Universidade Estadual de Maringá (UEM), em Maringá, PR. É pioneira no Brasil na aplicação sistemática do Materialismo Lacaniano de Slavoj Žižek e de Alain Badiou na análise literária, bem como no desenvolvimento de metodologia para efetuar tal aplicação. E-mail: mcsilva5@uem.br

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura Brasileira. Materialismo Lacaniano. Crítica Dialética. Modernização periférica.

**ABSTRACT:** This article proposes a reading hypothesis of the short story “O Outro”, by Rubem Fonseca (1925-2020), based on Lacanian Materialism. Based mainly on the notion of “phantasmic spectrum”, as studied by philosopher Slavoj Žižek (1996a, 2014, 2011a, 2017), the narrator and its relations with the fictional matter of poverty are focused, in order to clarify the meaning of the narrative artifice employed regarding the unusual and contradictory formalization of the characters’ class relations. It is believed that such theme, as elaborated in the narrative, has a historical background with a long sedimentation course in the historical-social process, especially regarding the figure of the “poor free man” (SCHWARZ, 1990, 2000), making it necessary to take into account the binomial exclusion /representation of marginalized classes in Brazilian literary production through the Lacanian concept of Real.

**KEYWORDS:** Brazilian literature. Lacanian Materialism. Dialectical Criticism. Peripheral Modernization.

## **INTRODUÇÃO: problematizando a instância narrativa e um artifício narrativo como campo específico de problemas**

*Em geral, não se pode pensar na autonomia da arte sem o disfarce do trabalho.*

Theodor Adorno (1939)

*Às vezes nos esquecemos de que os abusos podem permanecer ‘desconhecidos’ por longo tempo, até serem publicamente revelados, e que as pessoas podem ver a miséria e não percebê-la, até a própria miséria se rebelar.*

Edward P. Thompson (1963)

A partir do Materialismo Lacaniano como ancoragem teórico-crítica, pretende-se lançar neste artigo a hipótese de que o conto "O outro", no que se refere à posição social da instância narrativa, "faz eco da noção lacaniana de como as ficções simbólicas se esforçam por remediar as intrusões do Real" (ŽIŽEK, 2006, p. 90), — e que, mais precisamente, a narrativa de Rubem Fonseca pode ser proficuamente analisada com a noção de "espectro fantasmático" (ŽIŽEK, 1996a, 2014, 2011a, 2017).

Rubem Fonseca possui uma trajetória de grande visibilidade no campo literário brasileiro contemporâneo, com uma sucessão de elogios da crítica, diversos prêmios e

fenômeno de vendas. Tornou-se, inclusive, personagem de ficção, em 2008, na obra *Jonas, o Copromanta* de Patrícia Melo, condição que é aspecto bastante significativo sobre o fato de que o autor de *Agosto* “se converteu numa espécie de cânone”, conforme assinala Schollhammer (2009) em seu estudo sobre a ficção brasileira contemporânea: “Fonseca renovou a prosa brasileira com uma economia narrativa nunca antes vista, que marcaria as premissas da reformulação do realismo, cujo sucesso de público e de crítica consolidou um novo cânone para a literatura urbana brasileira” (SCHOLLHAMMER, 2009, p. 28).

A estreia de Rubem Fonseca ocorreu, em 1963, com o gênero conto (*Os prisioneiros*), tendo publicado 17 coletâneas ao longo dos seus cinquenta anos de trabalho artístico. A coletânea *Feliz Ano Novo*, publicada em 1975, ocupa ainda um lugar singular tanto na trajetória do autor quanto no campo literário brasileiro, por ser a coletânea que consolida sua predileção pelo submundo do crime, do erotismo, da prostituição e dos marginais de um centro urbano como o Rio de Janeiro, materializados a partir de um realismo feroz, conforme identificou Candido (1989).

Há, no entanto, um conto de Rubem Fonseca que, na sua aparente simplicidade, passou muito tempo despercebido das análises críticas, embora pertença à essa importante coletânea. Trata-se de “O outro”, no qual o narrador-personagem, executivo dentro da classe média, descobre a pobreza econômica de modo fulminante por meio de um pedinte/mendigo, o que ocasionará uma relação intrincada entre a origem e o perfil social da instância narrativa e a questão da desigualdade social. Parece-nos possível, inclusive, argumentar que as leituras que recebeu (VIDAL, 2000; LORO e PAZ, 2013), conforme demonstraremos mais adiante, não deslindam a complexidade de seu ponto de vista ou a estratégia estético-discursiva adotada para sua construção.

O ponto decisivo da sua estrutura e sua diferenciação de outras tantas nas narrativas do escritor, na própria coletânea “Feliz Ano Novo”, é a questão do ponto de vista, a qual engloba o foco e a voz da própria figura do narrador, que acumula em si contradições ao elaborar o discurso narrado. Consideramos, assim, que existem movimentos contraditórios que precisam ser abordados como formalização da linguagem transpassada pelos impasses e conflitos de classe derivados do estatuto social do narrador e sua relação com a matéria ficcional da pobreza (e, por consequência, da desigualdade social).

O estranhamento do narrador ao se deparar com a pobreza demonstra-se ao longo da perspectivação diegética como uma clivagem simbólica organizada sob a forma do recalque, de desconhecimento da verdade presente no nível da enunciação, cujos mecanismos

precisam ser compreendidos. Para tanto, utiliza-se o viés do Materialismo Lacaniano, corrente teórico-crítica que visa a explorar a influência da economia libidinal em esferas individuais e sociais (SILVA, 2009). A ênfase será na noção de “espectro fantasmático”, que deriva da noção lacaniana de Real, a partir do que o filósofo esloveno Slavoj Žižek estabelece que “a sociedade é sempre atravessada por uma clivagem antagônica que não pode ser integrada na ordem simbólica” (ŽIŽEK, 1992, p. 123), de modo que “o espectro dá corpo ao que escapa à realidade (simbolicamente estruturada)” (ŽIŽEK, 2017, p. 259).

Ao estabelecermos esse ponto de partida, estamos concordando com Schwarz (1999) sobre a importância da análise das relações sociais por meio da obra literária, no sentido de uma investigação estreitamente vinculada à "especificação das relações sociais e sobretudo da posição social envolvida no trato com a linguagem, na experimentação artística" (SCHWARZ, 1999, p. 231-232). Nesse aspecto, o presente artigo direciona-se em revelar o enraizamento da estrutura discursiva do conto “O outro” no enquadramento ideológico hegemônico de um processo histórico-social específico: o período do chamado “milagre econômico” (1968-1973). Também é objetivado revelar sua relação no sistema literário, no que se refere ao binômio exclusão/representação das classes marginalizadas, a partir da figura do “homem livre pobre” (SCHWARZ, 1990, 2000).

## **1 Žižek, Materialismo Lacaniano e o Espectro Fantasmático**

Fernández (2012) é enfático ao assinalar que “se há um compromisso que permeia todos os textos de Žižek, é o da teoria lacaniana” (FERNÁNDEZ, 2012, p. 84, tradução nossa). De fato, esse “compromisso” já levou o autor de *Como ler Lacan* a declarar que toda a “oratória fúnebre” (ŽIŽEK, 2010, p. 8) a respeito da psicanálise é um grande equívoco e se propõe a “demonstrar que só hoje o tempo da psicanálise está chegando” (ŽIŽEK, 2010, p. 9).

Sbriglia (2017) assinala a esse respeito que a “fidelidade à psicanálise lacaniana” não implica que seus trabalhos sejam uma “repetição” de Lacan com “uma diferença mínima”, bem como esclarece que “o Lacan de Žižek é bastante diferente do Lacan pós-estrutural com o qual os críticos literários há muito estão mais familiarizados” (SBRIGLIA, 2017, p. 6, tradução nossa).

Žižek possui uma compreensão bastante singular da psicanálise lacaniana, que, segundo Silva (2009), Fernández (2012), Sbriglia (2017) e Kornbluh (2017), se revela, com

efeito, em uma tentativa perspicaz e criativa de ler Lacan e responder a seus textos originais. E, afinal, como funciona seu mecanismo de leitura dos *Ecrits* e dos *Séminaires*? Há várias maneiras de expor este movimento. Concordamos com a perspectiva de Sbriglia (2017), segundo a qual, “em contraste com o Lacan pós-estrutural do deslizamento do significante, o Lacan de Žižek é o Lacan do Real” (SBRIGLIA, 2017, p. 8, tradução nossa). Por isso, em nosso recorte, buscamos a compreensão de suas releituras da noção lacaniana de Real para refletir sobre a ideologia, no “vínculo entre o materialismo e o caráter ontologicamente incompleto, não-completo, da realidade” (FERNÁNDEZ, 2012, p. 64, tradução nossa), — e de como dessas reflexões surge sua noção de espectro fantasmático.

Ao se debruçar sobre a obra do psicanalista francês, Žižek (2017) se convenceu da possibilidade de se “fazer maravilhas com a abordagem lacaniana” (ŽIŽEK, 2017, p. 27), sobretudo em vista de “esboçar os contornos de uma teoria lacaniana do campo político-ideológico” (ŽIŽEK, 1991, p. 16). Nesse sentido, o filósofo esloveno argumentou em favor da possibilidade de “elaborar uma teoria inteira da ideologia baseada nele [em Lacan]”, tendo como eixo a noção de Real: “acredito que a noção lacaniana de Real como uma rocha que resiste à simbolização é extremamente útil para uma noção não ingênua de ideologia” (ŽIŽEK, 2017, p. 86-87)<sup>1</sup>.

Uma das novidades dos estudos de Žižek é buscar compreender como o Real afeta diretamente a dimensão sociossimbólica, no sentido em que “o Real lacaniano é aquela traumática ‘espinha na garganta’ que contamina toda idealidade do simbólico” (ŽIŽEK, 2017, p. 343). Assim, o filósofo esloveno esclarece que, pelo fato da noção de Real ser um registro que resiste à simbolização, não implica que seja “um tipo de *a priori* transcendental pré-histórico” (ŽIŽEK, 2017, p. 343), aspecto que levará ao paradoxo de que o Real, simultaneamente, antecede e resiste à simbolização e designa o resíduo postulado ou “produzido” pela própria simbolização. Žižek conclui que o motivo “obscurantista do núcleo inominável da Suprema Realidade que escapa ao domínio da linguagem deve ser completamente rejeitado”, pois justifica “que o Real não é exterior ao Simbólico: o Real é o próprio Simbólico na modalidade da não-Totalidade” (ŽIŽEK, 2006, p. 87).

---

<sup>1</sup> Para se compreender, primeiramente, precisa-se ter em consideração o conceito de Realelaborado por Lacan, o qual pertence à tripartição estrutural Real-Simbólico-Imaginário (RSI), que são as “categorias elementares sem as quais não podemos distinguir nada na nossa experiência” (LACAN *apud* COUTINHO JORGE, 2008, p. 93). Especificamente o Real, é o registro que resiste à simbolização, “que não é simbolizado por nada” (LACAN, 2002, p. 422). A noção de Real é complexa pelo fato de não ser igual à noção de “realidade”, constitui, assim, “precisamente aquilo que escapa a esta realidade, o que não se inscreve de nenhum modo pelo simbólico; ele remete ao traumático, ao inassimilável, ao impossível” (COUTINHO JORGE, 2008, p. 97).

Ao direcionar sua compreensão nessa perspectiva, os resultados obtidos implicam que o campo sociossimbólico possui uma impossibilidade estrutural, tendo em vista que “Lacan fundamenta a historicidade de uma maneira diferente: não no excesso empírico simples da ‘sociedade’ sobre os esquemas simbólicos, mas no núcleo resistente dentro do próprio processo simbólico” (ŽIŽEK, 2017, p. 344). Logo, a noção de Real, tal como o filósofo esloveno aplica à compreensão da historicidade, passa a implicar “o limite interior que impede o campo simbólico de realizar sua plena identidade”, tendo em vista que “há algo que fica para trás e que não pode ser integrado na ordem simbólica” (ŽIŽEK, 2017, p. 269).

Consequentemente, a falha da simbolização deixa um resto do Real, que retorna sob a forma de uma aparição espectral, isto é, visto que o campo sociossimbólico, “em última instância, sempre fracassa, jamais consegue ‘abarcá-lo’ inteiramente o real, sempre implica uma dívida simbólica não quitada, não redimida” (ŽIŽEK, 1996a, p. 26). Em outras palavras, a função do espectro fantasmático é ocultar “o X irrepresentável em cuja ‘repressão’ se funda a própria realidade” (ŽIŽEK, 2017, p. 259).

Encontra-se, aí, sintetizada, portanto, em diálogo com a noção lacaniana de Real, a problemática zizekiana do antagonismo social e da crítica da ideologia, que culminará na noção de espectro fantasmático, síntese esta que o autor formulou no início dos anos 1990, ao propor que a crítica da ideologia precisa mirar, justamente, o Real recalcado do antagonismo, tendo em vista que a importância da noção lacaniana de Real como “esteio fundamental da crítica da ideologia [...] não é a ‘realidade’, mas o Real ‘recalcado’ do antagonismo” (ŽIŽEK, 1996a, p. 30).

Esses aspectos serão explorados com mais profundidade na próxima seção deste artigo, no momento mesmo da análise literária. O essencial a se reter é que, desse ponto de vista, conseguimos extrair um encaminhamento programático à crítica literária, fixando nossa atenção no antagonismo constitutivo do comportamento do narrador do conto a ser analisado, compreendendo que “o Real com Žižek pode inspirar algo como uma crítica literária materialista contemporânea, uma crítica cuja postura essencial, acarreta a curiosidade sobre o Real, perspicácia sobre a forma” (KORNBLUH, 2017, p. 36, tradução nossa), em que se considera que “o Real como figuração e desfiguração dialética” (KORNBLUH, 2017, p. 41, tradução nossa).

## **2 Rubem Fonseca e as fraturas da formação nacional: a experiência**

## **traumática da desigualdade social e a interdição da representação do outro**

O conto “O outro” consiste em um discurso narrativo autodiegético, desenvolvendo-se a partir da enunciação de um executivo, bem estabelecido profissional e financeiramente. A perspectivação diegética recorta um momento singular de sua vida, a de uma rotina de trabalho desgastante e a experiência de ser açoitado por um pedinte. Não se definem marcos cronológicos precisos desses eventos, nem há informações precisas sobre o lugar geográfico que lhe serve de cenário, tampouco o narrador-personagem se identifica.

O discurso narrativo se estrutura, pois, por concentração, com poucos elementos narrativos elaborados e sendo composto por dezoito parágrafos breves. É um conto marcado pela economia narrativa, conforme a própria característica pela qual se destacou Rubem Fonseca no campo literário brasileiro.

O conto curto é uma opção artística iniciada na década de 1960 e consolidada nas décadas seguintes, período em que “o ímpeto narrativo se atomiza e a unidade ideal acaba sendo o conto” (CANDIDO, 1989, p. 213).

“Vanguarda estética e amargura política”, são as designações de Candido (1989, p. 209) para se referir à década de 1970, em seu estudo “A nova narrativa”, no qual buscou caracterizar modalidades de narrativas ficcionais cujas peculiaridades formais responderam em grande medida às demandas do contexto histórico-social brasileiro. Nesse estudo, Candido (1989) considera Fonseca como “grande mestre do conto” e denomina sua obra como “realismo feroz”, posto que “agride o leitor pela violência, não apenas dos temas, mas dos recursos técnicos”, os quais, inclusive, avançam “as fronteiras da literatura no rumo duma notícia crua da vida” (CANDIDO, 1989, p. 210-211).

O conto “O outro” se diferencia de outras narrativas do autor nas quais predominam as descrições minuciosas de atrocidades, escatologia e erotismo, talvez por isso seja um dos contos menos conhecidos, sendo sempre citado de passagem na fortuna crítica que se acumulou em torno da obra de Rubem Fonseca, mesmo pertencendo à famosa coletânea *Feliz Ano Novo*. A fortuna crítica referente a esta narrativa é extremamente exígua e a atenção crítica surgiu a partir dos anos 2000, formando um conjunto no qual é consenso que o conto “O outro” problematiza um conflito social de uma sociedade injusta (VIDAL, 2000; CARVALHO, 2004; SILVA, 2008; LORO e PAZ, 2013; GÓIS, 2016; BOTTON, 2017; SILVA, 2017; WERMUTH e CASTRO, 2020). São leituras que se dedicam à compreensão

do significado da presença do pedinte na construção do discurso narrativo<sup>2</sup>, sendo que Loro e Paz (2013) e Vidal (2000) foram os autores que mais se aproximaram de uma tentativa de compreender a ambiguidade dessa presença.

Loro e Paz (2013) se debruçam a partir da perspectiva “sobre a luta de classes sociais”, compreendendo que “o ‘outro’ personifica a pobreza e a miséria que cercam o executivo, representam a classe dominada que o persegue, que o culpa por sua posição inferior” (LORO e PAZ, 2013, p. 49). Sobre a questão de o pedinte aparentar inicialmente ser ameaçador, os autores concluem que representa o fato de que “a classe dominada, geralmente tratada como uma corja perigosa e ameaçadora, é, na verdade, apenas uma vítima da sociedade” (LORO e PAZ, 2013, p. 147). Vidal (2000) também considera ser possível “ler o conto como uma espécie de alegoria da condição de classe” (VIDAL, 2000, p. 147). Por sua vez, avança na compreensão de que o discurso narrativo é peculiar em relação ao pedinte, uma vez que o desfecho do conto tem um “caráter fantasmagórico: o perseguidor vai se metamorfoseando, o que lembra as narrativas que misturam magia e realidade ao tratar do tema, como aquela de Poe, Hoffmann e outros” (VIDAL, 2000, p. 146).

Pode-se aquilatar que as duas abordagens, de cujas linhas centrais concordamos como ponto de partida, se limitam ao aspecto de que o desnivelamento social e econômico fundamenta a constituição do núcleo conflitivo do discurso narrativo, entretanto, é evidente que não se pode explicar a peculiaridade do conto “O outro” apenas pelo conflito de classes sociais opostas. Ademais, embora enfatizem o conflito de classes, não há uma articulação desse antagonismo com características culturais da sociedade brasileira, de modo que é possível destacar nas leituras realizadas acerca do conto (não apenas as duas acima) algo como um déficit sociológico na busca de compreensão da dinâmica propriamente social do conflito entre os personagens, mesmo que não objetivamos, por nossa vez, reduzir o discurso narrativo à representação estática de dados referenciais.

Essas considerações acima são suscitadas, portanto, pela peculiaridade com que o conto “O outro” elabora relações de conflito e articula, no discurso narrativo, uma dinâmica intrincada entre a origem e o perfil social da instância narrativa, com implicações

---

<sup>2</sup> Conforme Silva (2008, p. 61), “a insensatez do executivo foi não perceber que o pedido ultrapassava a esmola, e reivindicava a presença”. Góis (2016) está de acordo que a narrativa “expõe uma classe de pessoas marcadas pela invisibilidade social [de modo que acredita] que possa estar nessa atitude do executivo o grande propósito do autor, qual seja, deixar-nos perplexos com a crueza de sentimentos em relação ao rapaz” (GÓIS, 2016, p. 43-44). Para Carvalho (2004), “a perspectiva que efetiva a morte violenta do outro é a via pela qual se dá a prática da vivência urbana isolada [compreendendo que] o executivo consiste na alegoria do modo de vida que não possui outra mediação, senão a mercadoria, como interesse e perspectiva no âmbito das relações sociais” (CARVALHO, 2004, p. 3-4).

importantes sobre a questão da desigualdade social na historiografia literária brasileira.

O personagem-narrador está ligado ao ambiente corporativo/empresarial, exercendo um cargo de executivo. Apresenta-se, inicialmente, do ponto de vista de virtudes burguesas clássicas, como amor pela ordem, existência regrada, pontualidade e dedicação ao trabalho: “Eu chegava todo dia no meu escritório às oito e trinta da manhã. [...] Levava diariamente trabalho para casa, em casa podia produzir melhor, o telefone não me chamava tanto” (FONSECA, 1996, p. 18: 19).

Ao mesmo tempo, essa dedicação ao trabalho acentua um declínio físico, posto que está submetido a uma rotina de trabalho exasperado, sempre lidando com “problemas” e trabalhando “duramente”, — “como todo executivo”, conforme acentua o narrador-personagem:

Como todo executivo, eu passava as manhãs dando telefonemas, lendo memorandos, ditando cartas à minha secretária e me exasperando com problemas. Quando chegava a hora do almoço, eu havia trabalhado duramente. [...] Havia dias em que eu falava mais de cinquenta vezes ao telefone. As cartas eram tantas que a minha secretária, ou um dos assistentes, assinava por mim. E, sempre, no fim do dia, eu tinha a impressão de que não havia feito tudo o que precisava ser feito. Corria contra o tempo. Quando havia um feriado, no meio da semana, eu me irritava, pois era menos tempo que eu tinha (FONSECA, 1996, p. 18-19).

O declínio físico surge com “uma forte taquicardia”, que faz o executivo se consultar com um cardiologista. O diagnóstico é direto: se permanecer na mesma rotina desgastante, “poderia a qualquer momento ter um enfarte” (FONSECA, 1996, p. 20).

Nesse sentido, verifica-se que as palavras “exasperado”, “problemas”, “irritava”, “duramente”, “tensão”, “extenuado”, “terrível”, “enfarte”, “trabalhar tanto”, “tranquilizante”, “impaciente” e “mal consegui dormir” estão diretamente associadas às descrições da sua rotina de trabalho, consistindo em um vocabulário coeso com relação aos problemas de saúde que o personagem passa a sofrer devido à sobrecarga de trabalho.

Fica evidente, ao longo da perspectivação diegética, que o personagem-narrador está reduzido à mecânicos e estressantes atos laborais cotidianos de autoanulação, igual aos versos de Drummond que sinalizava o sujeito que “Trabalhas sem alegria para um mundo caduco / onde as formas e as ações não encerram nenhum exemplo”. Aspecto narrativo que pressupõe a complexidade da divisão de trabalho que surge a reboque da lógica capitalista mais avançada, em cujas transformações socioeconômicas, conforme assinala Ortiz (1995),

repercutem nas formas de contrato empresarial, no sentido em que, a partir dos anos de 1960, "as empresas redimensionam melhor a utilização de seu pessoal, procurando retirar disso uma produtividade maior" (ORTIZ, 1995, p. 142).

Percebemos, assim, que de início o conto se constitui na explicação do narrador de sua rotina de trabalho como executivo, funcionando como uma espécie de preâmbulo para os acontecimentos narrados. Ao mesmo tempo, esse aspecto implica que seu cargo de executivo e sua rotina possuem sentido fundamental na caracterização social e psicológica do personagem-narrador. Importante observar, nesse aspecto, que o fato da condição de trabalho foi deixado de lado pelas leituras mencionadas acima, que não investigaram as mediações histórico-sociais implicadas nessa caracterização de profissional de classe média.

Se aparentemente é óbvio que o ponto de vista do narrador é o da classe média, nem por isso é óbvio depreender em que medida as condições de trabalho em que o personagem-narrador está inserido são decisivas para a forma como lidará com o pedinte. Por outro lado, se o pedinte se encontra em uma condição de exclusão e miséria, também não há no trabalho propriedades emancipatórias, permitindo que o encontro de ambos possua uma "lógica e um alcance específicos, em que está envolvida a sociedade em seu conjunto" (SCHWARZ, 1999, p. 229).

O sofrimento social do pedinte não sensibiliza o executivo, antes depreende-se uma impossibilidade de aproximação ("Tentei me desvencilhar dele e comecei a andar rapidamente, quase correndo" [p. 20], "meu coração explodia só de pensar nele. Eu não queria mais ver aquele sujeito" [p. 22]). O surgimento dele na sua rotina é demarcado por procedimentos de corte e interrupções dos nexos de ações da perspectiva diegética, em que a consciência do executivo nunca se inclina a reconhecer a integridade do outro a ser representado, nem mesmo no desfecho do conto, — aspecto que implica um distanciamento em relação do narrador-personagem pressuposto pela configuração formal do discurso narrativo.

A maneira como o pedinte surge na rotina do executivo sugere que ele não era cômico da miséria e desagregação social, sendo que tal aspecto também possui implicações do ponto de vista autoral. Vidal (2000) assinala que a marginalidade, decorrente da "exploração econômica", sempre esteve presente na obra do autor de *O Cobrador*, de modo que "há na obra de Fonseca essa preocupação em retratar os humilhados e ofendidos, de cujo espaço estão ausentes os grupos organizados" (VIDAL, 2000, p. 142).

Não é possível contestar a presença de grupos marginalizados na obra de Fonseca;

todavia essa espécie de simpatia pelos “humilhados e ofendidos” assinalada por Vidal (2000) não é corroborada por Candido (1989) e Dalcastagnè (2005, 2008). O crítico já havia alertado sobre a possibilidade da presença das “massas miseráveis e marginalizadas” se diluir em algo pitoresco, prevalecendo um novo exótico sobre a personagem pobre, ou seja, Candido (1989) indagava se autores como Rubem Fonseca “não estão criando um novo exotismo de tipo especial, que ficará mais evidente para os leitores futuros” (CANDIDO, 1989, p. 212).

Assim, para Candido (1989) os leitores futuros precisariam verificar se a tematização do imaginário das classes populares por escritores da década de 1960 e 1970 visaria “para o leitor de classe média o atrativo de qualquer outro pitoresco” (CANDIDO, 1989, p. 212). Assumindo o papel desses “leitores futuros”, Dalcastagnè (2008) considera que em diversas narrativas Fonseca constrói “sua representação do outro sob a perspectiva das classes dominantes” (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 85).

Em conformidade com a autora, é possível perceber marcas de distinção e superioridade que se inscrevem na própria construção narrativa, como é o caso do conto “Feliz Ano Novo”, no qual, mesmo o personagem-narrador pertencendo ao extrato social marginalizado, depreende-se “o quanto o narrador compartilha dos preconceitos de classe média que circulam dentro e fora do livro” (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 74). Assim, o seu argumento se direciona a ressaltar que a presença pela presença não confere significação “de uma profunda crítica social”, que basta atentarmos à conduta do narrador pois em diversas narrativas não é possível falar em “simpatia pelos personagens pobres” (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 88).

No que diz respeito ao conto “O outro”, reputamos prevalecer os argumentos de Candido (1989) e Dalcastagnè (2005, 2008), embora o retrato do pedinte seja desprovido de pitoresco. Não é somente falta de simpatia que há no trato do executivo com o pedinte (“Não tenho que ajudá-lo coisa alguma”), há uma incongruência enorme, produzida pela caracterização no decorrer da perspectivação diegética. O dinheiro é a forma pela qual o executivo busca se livrar do pedinte, um dos motivos, inclusive, do pedinte ser tido como algoz.

De fato, após encontros, o pedinte se configura para o executivo como “o sujeito que me pedia dinheiro” (FONSECA, 1996, p. 21). Primeiramente, o executivo lhe entrega “uns trocados” (p. 19), depois dá “a ele algum dinheiro” (p. 19), para logo em seguida subir a quantia: para “cem cruzeiros” (p. 20) e “cinco mil cruzeiros” (p. 21). A quantia de dinheiro

entregue ao pedinte aumenta na medida em que aumenta o horror produzido pela sua presença na rotina do executivo. Embora se compreenda “o dinheiro como materialização do poder social” (ZIZEK, 1991, p. 102), o distanciamento entre classes não é exposto por uma ridicularização nem por onipotência do narrador, devido ao seu privilégio socioeconômico. Ou seja, se o dinheiro não é entregue por solidariedade, tampouco há nessa conduta arbítrio e humilhação, derivada do poder social, que a nosso ver implica uma “discriminação histórica da matéria tratada [como] um requisito, no caso, da apreciação crítica” (SCHWARZ, 1990, p. 56).

Parece-nos que esse aspecto leva à indeterminação espectral do pedinte, até o desfecho do conto. Os artifícios semânticos para caracterizá-lo são clivados sob a forma do recalque em relação à sua vulnerabilidade, sem falar na contradição de serem caracterizações dissociadas da sua posição social de executivo, familiarizado com a racionalidade de um trabalho burocrático de ditar cartas e realizar “cálculos orçamentários complexos” (FONSECA, 1996, p. 21).

Para o executivo, o surgimento do pedinte desencadeia a sensação de estar sendo perseguido, e “um sentimento infantil de medo contra o qual tentei lutar” (FONSECA, 20, p. 21). O incômodo ocorre também porque, apesar do desnivelamento social, ambos se deparam com uma situação de proximidade física extrema, o que, por sua vez, reforça sua condição de pertencimento a grupos subalternos, decorrente, tal como veremos, do próprio “modelo econômico brasileiro [que] fabrica novos setores marginalizados” (ALENCASTRO, 1987, p. 71)<sup>3</sup>.

O desfecho do conto será o assassinato do pedinte: “Fui na direção da minha casa, ele me acompanhando [...]. Não acabou de falar, ou se falou eu não ouvi, com o barulho do tiro” (FONSECA, 1996, p. 23). Porém não é essa cena que mantém a tensão da narrativa ou compõe o clímax, mas o que se revela a partir dela, a saber, que o pedinte na realidade é um jovem indefeso. Há, assim, o reconhecimento (embora não necessariamente culpa) de que o pedinte não é aquela figura assustadora e “cínica” que o executivo considerava, dado que o havia caracterizado inicialmente como “um homem branco, forte, de cabelos castanhos

---

<sup>3</sup> Concordamos assim com a dinâmica socioeconômica brasileira exposta pelo autor: “O processo de industrialização empreendido no pós-guerra deu origem a um outro tipo de segregação. Baseada na produção de bens duráveis de consumo para atender à demanda de classes favorecidas, essa industrialização engendrou uma forte segmentação do mercado interno, excluindo uma parte importante da população da massa de consumidores. Por esse viés, o modelo econômico brasileiro fabrica novos setores marginalizados, reforçando assim os que se arrogam mantenedores da ordem. Desta maneira, a dessocialização de uma parte da população recompõe regularmente zonas de infracidania no interior da nação. É este desequilíbrio que, por sua vez, perpetua o autoritarismo no país” (ALENCASTRO, 1987, p. 71-72).

compridos” (p. 22), “mas alto do que eu, forte e ameaçador” (p. 23); — era na realidade, “um menino franzino, de espinhas no rosto, e de uma palidez tão grande” (p. 23).

Com isso, não é exatamente “o desfecho do conto [que] tem um caráter fantasmagórico” (VIDAL, 2000, p. 146), mas sim toda a presença inicial do pedinte na rotina do executivo. Dessa forma, disparado o tiro, é revelado o engano, explicita-se a tensão social irresolvida que de fato atravessa o conto desde o início. Ou seja, a reflexão a que nos convida o discurso narrativo do executivo é substancial, de um encontro cifrado numa equação em que a incógnita é o narrador, para o qual a pobreza também é uma incógnita, sendo que ambas tornaram-se uma só para os leitores.

A perspectiva do Materialismo lacaniano permite vislumbrar uma solução dessa característica composicional, que se revelará um complexo ideológico cuja subtrama do pedinte — irrepresentável e não-narrativa — expressa o lado obscuro da modernização autoritária. O aspecto mais óbvio com o desfecho do conto é que as caracterizações anteriores do pedinte são “carentes de consistência ontológica concreta” (ŽIŽEK, 2011a, tradução nossa), quer dizer: o pedinte não surge como um fenômeno da realidade, dotado com traços típico-sociais relativos à sua situação de vulnerabilidade e pobreza. É, pois, esta falta de consistência ontológica do pedinte como objeto concreto de representação que nos leva a conceber que o pedinte “é, precisamente, o fragmento do Real que atesta sua presença para além da ordem simbólica” (ŽIŽEK, 2011a, p. 172, tradução nossa).

Com essa necessidade de irmos além da realidade sociossimbólica, precisamos focar na noção de Real lacaniano, que implicará compreender que “a presença opressora e ao mesmo tempo evasiva do Outro subsiste nas próprias ausências (buracos) do tecido simbólico” (ŽIŽEK, 2011a, 173, tradução nossa). Aqui estamos diante do aspecto assinalado anteriormente de que o executivo não é cômico da miséria do pedinte, de modo que podemos aquilatar que a pobreza está ausente de sua ficção simbólica como elemento estrutural de composição, que possui relação à especificidade da matéria ficcional.

Desse ponto de vista, não nos parece forçoso propor que a própria matéria ficcional é uma espécie de foraclusão figurativa. O filósofo esloveno explica que “todas as vezes que temos uma estrutura simbólica, ela é estruturada em torno de um vazio, implica a foraclusão de um certo significante-chave” (ŽIŽEK, 1992, p. 164). Consequentemente, concebemos que esse significante-mestre foracluído da posição social da instância narrativa é a própria miséria.

Estabelece-se, assim, o horizonte que nos faculta validar a importância do espectro

fantasmático para compreensão do discurso narrativo, uma vez que Žižek (1992) assinala, na esteira do discurso lacaniano, que “o que é foracluído do Simbólico retorna como Real, sob a forma do fenômeno alucinatorio, por exemplo” (ŽIŽEK, 1992, p. 164). De fato, à primeira leitura do conto com o seu desfecho, o leitor não é impulsionado a acreditar que percorre todo o conto um problema de percepção do protagonista-narrador, que não sabe distinguir o realmente acontecido daquilo que é fruto de alucinação?

É nesse movimento analítico que se descortina um exemplo dado pelo filósofo esloveno e que permite lastro à nossa perspectiva. Na obra *Violência*, Žižek (2014) tece um argumento sobre Nova Orleans, depois de a cidade ter sido atingida pelo furacão Katrina, em relação às “reportagens sobre a desintegração da ordem pública, a explosão de violência entre a população negra, os roubos e as violentações” (ŽIŽEK, 2014, p. 68). Conforme sinaliza o autor, “investigações posteriores demonstraram que, na grande maioria dos casos, estas alegadas orgias de violência simplesmente não aconteceram: boatos não verificados eram referidos pelos meios de comunicação como fatos” (ŽIŽEK, 2014, p. 68). A interpretação do filósofo será a de que

A realidade dos pobres negros abandonados e deixados sem meios de sobrevivência foi assim transformada no espectro de uma explosão de violência negra, de turistas assaltados e assassinados nas ruas invadidas pela anarquia, no cenário de um enorme estádio cheio de bandos que violavam mulheres e crianças (ŽIŽEK, 2014, p. 69).

Embora recortado de um contexto diverso, o exemplo é claro e nos remete diretamente à subtrama do pedinte, que inicialmente abandonado na miséria, passa a ser um espectro fantasmagórico de cinismo e de covardia no trato com o vulnerável executivo, debilitado fisicamente devido às condições de saúde. Para adensar esse movimento analítico, faz-se necessário indagar sobre a possível correspondência dessa característica com o processo histórico-social brasileiro.

O conto pertence à coletânea *Feliz Ano novo*, que foi publicada nos “anos de chumbo” da década de 1970, que se constituiu como “o mais duro período da mais duradoura das ditaduras nacionais” (GASPARI, 2002). Ademais, como salientou Lafetá (2004), a coletânea está vinculada ao período em que “a propaganda militar ainda falava em ‘milagre brasileiro’, desenvolvimento acelerado, ingresso do país no clube das potências internacionais, necessidades de fazer crescer o ‘bolo’ da riqueza para depois dividi-lo com os

pobres etc.” (LAFETÁ, 2004, p. 371).

Interessante observar, assim, que estamos diante de um duplo aspecto do período (de publicação do conto), conforme sintetizado por Ortiz (1995), no sentido em que o advento do “Estado militar possui na verdade um duplo significado: por um lado se define por sua dimensão política; por outro, aponta para transformações mais profundas que se realizam no nível da economia” (ORTIZ, 1995, p. 113). Diante desse duplo aspecto, o que vale ressaltar é que a correspondência que procuramos se direciona às transformações socioeconômicas do desenvolvimento capitalista em sua forma mais avançada operado pelo Estado militar<sup>4</sup>. Mais do que mero espelhamento estático, é preciso direcionar a abordagem afim de aquilatar o lastro de tais transformações socioeconômicas reduzidas estruturalmente na composição do discurso narrativo, cujo dinamismo, como vimos apontando, está na característica arbitrária da lógica das relações sociais, nos levando a considerar necessário a compreensão do “caráter excludente das novas forças produtivas” (SCHWARZ, 1999, p. 184).

Pelo ângulo dos estudos sociológicos e econômicos, é denominador comum das críticas de Furtado (1974), Quadros (1991) e Oliveira (2003) sobre o fato de que o processo de modernização das décadas de 1960 e 1970 não implicar redução das desigualdades sociais. Para Quadros (1991), no aspecto de ocupações do mercado de trabalho, houve a melhoria em níveis hierárquicos já privilegiados e que a “massa de trabalhadores” permaneceu na “precariedade social [...] mal remunerados” (QUADROS, 1991, p. 66).

Por sua vez, Furtado (1974) e Oliveira (2003) enfatizam nesse aspecto a concentração de renda como pressuposto do ritmo de crescimento econômico dessas décadas. Conforme esclarece Oliveira (2003), foi “quase nulo crescimento das rendas dos estratos mais baixos”, de modo que “a expansão capitalista da economia brasileira aprofundou no pós-ano de 1964 a exclusão que já era uma característica que vinha se firmando sobre as outras e, mais do que isso, tornou um elemento vital de seu dinamismo” (OLIVEIRA, 2003, p. 111; 118).

O desdobramento decisivo dessas contribuições analíticas para o presente estudo é a indagação da possibilidade do fato de que o recalque no mecanismo representativo do

---

<sup>4</sup> Converte nesse sentido a compreensão de Dalcastagnè (2008) sobre a diferença de enfoque de escritores em relação ao período da Ditadura Civil-Militar: “E neste período vivemos ainda sob uma ditadura militar – o que impôs, para uma parcela dos escritores, um sentido maior de urgência à sua produção. Dentro da literatura engajada da época, convém fazer uma distinção entre aquela propriamente política, em que *não há o outro* (já que as vítimas da repressão por ela enfocadas são, via de regra, os filhos da pequena burguesia), e que, portanto, não me interessa aqui, e outra, de cunho mais social, que denuncia a exploração da classe trabalhadora, da qual veremos alguns exemplos. Assim, a denúncia do regime autoritário se apoiava numa faceta política (restrição das liberdades, desrespeito aos direitos humanos) e outra econômica (arrocho salarial, concentração da renda, desemprego), mas uma delas era vista como atingindo especialmente as classes médias e a outra, os estratos populares. O que já aponta uma evidente diferença de enfoque” (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 84).

pedinte estar estreitamente vinculado ao recalque da exclusão social como marca do “milagre econômico”. Pensando no narrador-personagem, essa farsa do “milagre” não estaria de acordo com a “maneira de conceber a tese lacaniana de que a verdade tem a estrutura de uma ficção”? (ŽIŽEK, 1996a, p. 13). Sendo executivo, o ponto de vista de classe da instância narrativa é de membro importante da classe média e partícipe da ilusão do “milagre econômico”, de modo que o pedinte perturba essa ilusão; surge como assombração, evidenciando “que a mentira ideológica que estrutura nossa percepção da realidade é ameaçada por sintomas *qua* ‘retornos do recalque’, como rasgos no tecido da mentira ideológica” (ŽIŽEK, 2011b, p. 298).

Em vista disso, estamos diante de uma economia libidinal que se constitui como um padrão de racionalidade da sociabilidade das elites brasileiras, coerente com o “descaso secular pelos pobres” (SCHWARZ, 1999, p. 162), — e que, mais precisamente, essa mentira ideológica da ficção simbólica do executivo revela os impasses para ordenar e formalizar literariamente a matéria da pobreza, implicando um dilema histórico<sup>5</sup> cujo deslindamento faz parte dos propósitos do presente artigo.

Acreditamos ser possível aquilatar tal dilema histórico em face do desmanche das promessas de integração do nacional-desenvolvimentismo, que desaguou em processo de desagregação social, conforme exposto por Schwarz (1999), ao argumentar que a “modernização econômica”, sem nenhuma simpatia “pelo destino dos oprimidos e excluídos”, provocou novas formas de sociabilidade “onde os pobres ficavam largados à disposição passavelmente absoluta das novas formas de exploração econômica” (SCHWARZ, 1999, p. 156). Em conformidade com o autor, “a falência do desenvolvimentismo, o qual havia revolido a sociedade de alto a baixo, abre um período específico, essencialmente moderno, cuja dinâmica é a desagregação [...]” (SCHWARZ, 1999, p. 160). Nessa perspectiva, a dinâmica da desagregação se constituirá como “uma realidade material da história contemporânea” (SCHWARZ, 1999, p. 160).

Essa “realidade material” é, pois, o pressuposto social da subtrama do pedinte, que reduz estruturalmente uma experiência histórico-social de subsistência, abandonada à própria sorte e foracluída da economia libidinal das elites brasileiras<sup>6</sup>. Por sua vez, essa dinâmica da

---

<sup>5</sup> Nesse aspecto, estamos na esteira do argumento de Jameson (1992) com o qual propõe “o texto como um ato socialmente simbólico, como a resposta ideológica — embora formal e imanente — a um dilema histórico” (JAMESON, 1992, p. 139).

<sup>6</sup> Interessante destacar também, nesse passo que alinha vamos uma direção que mobiliza a subtrama do pedinte, uma exposição de Schwarz (1999) bastante significativa: “Sob o signo da industrialização e de um certo fechamento da economia, já perto de nosso tempo, o desenvolvimentismo prometeu incorporar ao mundo do

subtrama do pedinte possui lastro histórico-social com longo percurso de sedimentação na cultura brasileira, conforme é possível compreender se retomarmos a perspectiva de Schwarz (1990) em face da situação dos pobres na obra machadiana, tendo em vista que “o passado é sempre estritamente ‘síncrono’ com o presente, é a maneira pela qual o universo sincrônico pensa seu antagonismo” (ŽIŽEK, 1994, p. 162, tradução nossa).

Especialmente no capítulo “A sorte dos pobres”, de seu estudo sobre *Memórias Póstumas*, Schwarz (1990) expôs a organização social iníqua que levava os pobres a dependerem “de um capricho de classe dominante” (SCHWARZ, 1990, p. 56). Devido ao desprezo das elites senhoriais em relação aos pobres, estes tinham um futuro em que a tônica era a “falta de garantia” (p. 105), “dada a dimensão marginal do trabalho livre” (SCHWARZ, 1990, p. 57). A conduta de Brás expressava, assim, de forma paradigmática que “a vida honesta e independente não está ao alcance do pobre, que aos olhos dos abastados é presunçoso quando a procura, e desprezível quando desiste” (SCHWARZ, 1990, p. 68). Dessa maneira, o autor argumenta que, “em plena era burguesa, o trabalho sem mérito ou valor é o ápice da frustração histórica” (SCHWARZ, 1990, p. 68).

É claro que tal condição possui suas diversificações com o abandono do modelo agrário nos anos 1920 e a adoção de uma política de industrialização nacional. Ao mesmo tempo, a modernização autoritária das décadas de 1960 e 1970 deixou essa camada de sujeitos pobres abandonados à própria sorte na subsistência permanente<sup>7</sup>, aspecto intimamente vinculado à subtrama do pedinte, como persistência de um passado que se recusa desaparecer. No quarto encontro com o pedinte, o executivo cansado de lhe entregar dinheiro, ordena que vá trabalhar:

Pouco depois ouvi o barulho de saltos de sapatos batendo na calçada como se alguém estivesse correndo atrás de mim. [...] Sem parar, eu perguntei, “agora o quê?”. Mantendo-se ao meu lado, ele disse, “doutor, o senhor tem que me ajudar, não tenho ninguém no mundo”. Respondi com toda autoridade que pude colocarna voz, “arranje emprego”. Ele disse, “eu não sei fazer nada, o senhor tem de me ajudar” (FONSECA, 1991, p. 22).

---

salário e da cidadania a população relegada, com cujo pouco preço e muita esperança contava para conquistar um lugar para o Brasil entre as nações adiantadas. Se fosse possível, teria sido uma solução. Hoje vivemos a decomposição daquele projeto, substituído por outro, em que a hipótese da integração social figura com menos força. As ‘peculiaridades’ do novo ciclo não deixarão de aparecer, se já não estiverem aparecendo, inclusive na literatura” (SCHWARZ, 1999, p. 154).

<sup>7</sup> Conforme assinala o autor, “no mundo urbano, extensão do rural, essa relação se entrelaçou com a civilização moderna, diversificando-se notavelmente, mas conservando o traço básico” (SCHWARZ, 2012, p. 175).

Se precisa tanto de dinheiro, afinal, por que não vender sua força de trabalho para tê-lo? De fato, houve uma consolidação do mercado de trabalho na sociedade brasileira entre 1930 e 1980, que interpolada à ficção simbólica do “milagre” do executivo, decreta que, se o pedinte não está trabalhando, é porque não o quer. Do ângulo da subtrama, temos a camada que não consegue ingressar no mercado de trabalho. O dinheiro do executivo reúne os polos opostos. Parece que a entrega do dinheiro é o momento que dissipa o embate, direcionando o curso da ação para as atividades laborais desgastantes do executivo, e cuja implicação é não solucionar o conflito, mantendo-o em latência.

Acreditamos ser interessante e produtivo verificar a posição social do pedinte como vinculada à figura do “homem livre pobre” (SCHWARZ, 1990, 2000), com suas respectivas implicações em relação à modernização autoritária e desenvolvimento de uma literatura urbana<sup>8</sup>. Isso porque, se na formulação de Schwarz (1990, 2000), o lugar do “homem livre pobre” é o da dependência, em que a mediação do favor predomina, esta se insinua com a entrega do dinheiro do executivo para alívio momentâneo da vulnerabilidade material do pedinte; aspecto que, por sua vez, insinua uma dimensão paternalista na qual, para o pedinte, não há outra solução do que a submissão pessoal. Para os personagens pobres da ficção machadiana, e de igual forma à posição social do pedinte, “o dinheiro não tem existência autônoma, e aparece direta e ‘naturalmente’ vinculado ao poder paternalista” (SCHWARZ, 2000, p. 165), sendo que, ao mesmo tempo, o executivo não quer assumir essa conduta paternalista. A subtrama do pedinte reedita a “frustração histórica” mencionada por Schwarz (1990), situando as mesmas coordenadas ideológicas, discursivas e comportamentais durante a modernização autoritárias das décadas de 1960 e 1970

Para evidenciar o problema em foco, destaco a exposição do autor na íntegra:

---

<sup>8</sup> Nesse último aspecto, concordamos com Pellegrini (2008) sobre a necessidade de buscar o lastro histórico do que contemporaneamente surge como representação de exclusão. Conforme a autora: “o roteiro do desenvolvimento da literatura urbana [no século XX e XXI] necessariamente passa por espaços que, já no século XIX, podem ser chamados de *espaços da exclusão*: os ‘cortiços’ e ‘casas de pensão’ de Aluizio de Azevedo. Precusores das atuais ‘neofavelas’, das ‘cidades de Deus’ e dos ‘capões’, abrigavam aqueles que a sociedade explorava e refugava: escravos libertos, brancos pobres, imigrantes, prostitutas, homossexuais, vadios, todos antecessores dos ‘bichos-soltos’ e dos ‘carandirus’ de hoje” (PELLEGRINI, 2008, p. 44, grifos da autora). Com isso, se o pressuposto histórico-social da figura do “homem livre pobre” está na questão agrária, de base escravista, também não se pode esquecer, como assinala Chiappini (1988), que no desenvolvimento das cidades se tornaram polo de atração para os trabalhadores pobres do campo, em que a perspectiva de quem vinha do campo para as capitais era de progresso, modernidade e fartura, mas a realidade que se configurava era sempre outra, mais cruel e pobre: “Com efeito, depois do golpe militar e, mais especificamente, depois de 1968, a urbanização se acelera, a industrialização se torna feroz, a população urbana ultrapassa de longe a população rural e a indústria se impõe sobre a agricultura. Em consequência, e na falta de uma reforma agrária, os camponeses se vêem cada vez mais expulsos de suas terras, tomando-se marginais entre os miseráveis das grandes cidades; cada vez mais miseráveis, pois a cidade não atende a uma série de necessidades que, no entanto, ela mesma não cessa de criar e renovar por meio da publicidade e dos meios de comunicação de massa que tem um espantoso desenvolvimento no período” (CHIAPPINI, 1988, p. 201).

Quando escrevia os seus extraordinários artigos abolicionistas, Joaquim Nabuco tinha claro o laço entre escravidão, latifúndio e degradações ligadas à dependência pessoal, no campo e na cidade. Nas palavras incisivas do próprio Nabuco, era um quadro que diminuía o valor de nosso título de cidadão. Desde então, até a crise do nacional-desenvolvimentismo, nos anos 1970, a transformação dos excluídos em assalariados rurais, operários e cidadãos fez parte do ideário progressista. Sobretudo através da industrialização e da reforma agrária, que prometiam reformar o país, acabando com a liga de mandonismo, miséria, clientelismo, subcidadania etc., que nos separavam da modernidade. Com a globalização, essas expectativas passaram por uma redefinição drástica. Para desconcerto geral da esquerda, a modernização agora se tornava excludente e reiterava a marginalização e a desagregação social em grande escala. Para quem não sabia, o progresso do capital e o progresso da sociedade podiam não coincidir (SCHWARZ, 2012, p. 178).

Essa exposição, em tudo significativa, permite aquilatar uma presença de desagregação social e de modernização autoritária no contexto de produção do conto de Fonseca, bem como esse processo histórico-social possibilita uma compreensão mais profícua do discurso narrativo, uma vez que “a inclemência social dos pressupostos e condições exteriores da criação artística exerce necessariamente uma ação deformadora sobre as próprias formas essenciais da representação” (LUKÁCS, 1965, p. 59).

A caracterização do perfil do pedinte feita pelo executivo não se sustenta, seu conflito subjetivo não é justificado objetivamente, conforme o próprio desfecho do conto demonstra. Como pode um “menino franzino, de espinhas no rosto” ter exercido todo esse pavor no narrador, assumindo um comportamento “ameaçador” e “implacável”? A posição estratégica do narrador diante da matéria da pobreza se efetiva em uma situação-limite, gerada por uma modernização autoritária. A desigualdade econômica vinculada ao poder social do executivo entranha-se em seu discurso narrativo, a ponto de haver um ponto cego, uma falta de reconhecimento social. Mesmo assim, a pobreza se faz presente em seu cotidiano mediante a figura do pedinte, que desencadeará uma ação dramática, de caráter intersubjetivo, enfatizando seu sofrimento por ser acossado.

Não sabemos exatamente a duração desse acossamento, já que a ação objetiva e a unidade temporal são postas de lado na construção do discurso narrativo. O executivo sugere que chegou a ponto de encontrar o pedinte todos os dias, aspecto que reafirma sua incapacidade de incompreensão da experiência da pobreza do pedinte:

Todos os dias ele surgia, repentinamente, súplice e ameaçador, caminhando ao meu lado, arruinando a minha saúde, dizendo é a última vez doutor, mas nunca era. Minha pressão subiu ainda mais, meu coração explodia só de pensar nele (FONSECA, 1991, p. 22).

Vê-se, assim, a busca de não pensar no pedinte, a busca de distanciamento do que ele representa enquanto matéria narrada, cujo significado implica sua posição de classe, urdida pelos impasses e contradições ao longo da composição. O estatuto social do narrador executivo e a sua falta de relação com a matéria da pobreza, perpassa a divisão social do trabalho, que também se encontra interna à economia e à dinâmica da composição, sendo motivo da falta de apreciação não realista das relações sociais, culminando na desigualdade social como espectro fantasmático. Por isso, é sobretudo no tratamento da matéria ficcional, conjugado à caracterização social do personagem-narrador, que o processo histórico-social está reduzido estruturalmente. Conforme assinala Žižek (1994, p. 164, tradução nossa), "a questão decisiva é "como é constituído o próprio espaço em que entidades como o Fantasma podem emergir?". Foi nesse aspecto, portanto, que esperamos ter esclarecido, com os movimentos analíticos realizados, que o pedinte surge como figura fantasmática dentro de um espaço de forclusão da pobreza, resultando em "um padrão narrativo, cuja articulação interna pode ser lida como transição e exposição de um destino histórico" (SCHWARZ, 1990, p. 46). Por isso, acreditamos que essa condição aprendida a partir do conto "O outro" ganha imensamente se pensada em conjunto com a própria representação da pobreza dentro da historiografia literária, — e será nesse sentido que direcionamos nossas considerações finais.

### **Considerações finais: a pobreza como matéria inacessível a representação?**

Acreditamos que a corrente teórico-crítica do Materialismo lacaniano se revelou fundamental para avançarmos de modo profícuo em investigar a dialética ente forma literária e processo histórico-social, permitindo refletir de um ponto de vista teórico e histórico acerca da posição social da instância narrativa do conto de Rubem Fonseca. De fato, para Žižek (2011b) não há dúvidas de que "a teoria de Lacan pode ser usada para lançar uma nova luz sobre numerosos fenômenos políticos-ideológicos, trazendo para primeiro plano a economia libidinal oculta que os sustenta" (ŽIŽEK, 2011b, p. 115).

Com isso, desvelou-se uma economia libidinal oculta no intrincado problema de percepção do personagem-narrador em relação ao pedinte, caracterizada por uma clivagem de foraclusão entre a posição social narrador e a matéria narrada. Conforme argumenta Candido (2004), foi o romance de 1930 que operou uma espécie de incorporação da população pobre, além da pobreza como objeto pitoresco, pois “se colocou pela primeira vez na literatura nacional, como um movimento de integração, a sensibilidade e a existência do povo [...] estava procedendo à descoberta e conseqüente valorização do povo” (CANDIDO, 2004, p. 46-47). Tal aspecto sinalizado pelo crítico, seria um “magnífico preparo ao aspecto político da questão, por que ainda esperamos” (CANDIDO, 2004, p. 47); que, infelizmente, ainda esperamos, passados praticamente oito décadas da escrita do ensaio pelo crítico.

Esse “movimento de integração” sofre a frustração já assinalada em relação à falência do desenvolvimentismo, bem como a não ocorrência do adensamento dessa integração da população pobre no sistema literário brasileiro. Esse último aspecto é corroborado por estudos de Dalcastagnè (2008), em que destaca a quase inexistente presença de personagens pobres na literatura contemporânea. Tal constatação não evidencia, por sua vez, uma foraclusão das representações da pobreza conforme a própria figuração do procedimento artístico do conto “O outro”?

Por isso, não concordamos com a compreensão de Vidal (2000) a respeito da expressão “eu não queria mais ver aquele sujeito, que culpa eu tinha de ele ser pobre?” (FONSECA, 1996, p. 22). Vidal (2000) argumentou que nessa expressão “ressoa uma voz que não é a do narrador, mas sim de uma consciência que está acima dele, o que torna a frase claramente irônica” (VIDAL, p. 145). A trazer essa tônica irônica, é como se não fosse uma das problemáticas do discurso narrativo do conto “O outro” o impasse de representar literariamente a realidade de outra classe social, as formas de abordar esteticamente as distâncias sociais e a pobreza.

Ao reler a noção lacaniana de Real em perspectiva materialista, o filósofo esloveno chega à conclusão de que “a função da ideologia não é oferecer-nos uma via de escape da nossa realidade, mas oferecer-nos a [construção da] realidade social como uma fuga de algum núcleo traumático” (ŽIŽEK, 1996b, p. 323). Desse modo, a função do espectro fantasmático é ocultar “o X irrepresentável em cuja ‘repressão’ se funda a própria realidade” (ŽIŽEK, 2017, p. 259).

Em termos de historiografia, a pobreza não constituiu esse X irrepresentável<sup>9</sup>, aspecto de uma dimensão política, econômica e cultural de um acesso à cidadania nunca resolvida para as camadas subalternas? Direcionamos nossa abordagem crítica em vista de assinalar esse aspecto como um dado de composição que remete a problemas de elaboração literária da matéria social. Mesmo no Romance de 30, conforme a revisão crítica de Bueno (2006), por mais que tenha havido inserção da temática da pobreza de forma mais contundente, é possível identificar que o “pobre é um outro, enigmático, impermeável. Não há solução fácil para uma tentativa de incorporação dessa figura no campo da ficção” (BUENO, 2006, p. 41)<sup>10</sup>. É como se a pobreza fosse “a figura da Coisa inacessível à compreensão” (ŽIŽEK, 2003, p. 50), — e que se tornou cada vez mais inacessível e irrepresentável aos escritores de classe média, como vem apontando as pesquisas de Dalcastagnè (2008) como condição do que há de mais injusto e opressivo em nossa estrutura social.

Por tudo isso, parece-nos plausível concluir com a possibilidade de conceber a posição social da instância narrativa articulada a uma dinâmica libidinal de forclusão da pobreza na realidade do narrador, que reduz estruturalmente no discurso narrativo um conjunto de contradições do processo histórico-social, com a persistência renitente de desigualdades e injustiças.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, L. O fardo dos bacharéis. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 3, n. 19, p. 68-72, 1987. Disponível em: <http://novosestudos.com.br/produto/edicao-19/>. Acesso em: 15 de jul. de 2021.

BUENO, L. **Uma história do romance de 30**. São Paulo/Campinas: EDUSP/UNICAMP, 2006.

BUTTON, A. M. Relações de alteridade em contos de Rubem Fonseca. **Revista de Literatura, História e Memória**, Cascavel, v. 13, n. 22, p. 359-374, 2017. Disponível em:

---

<sup>9</sup> Referente à questão da ideologia, o filósofo esloveno considera que a noção lacaniana de Real possui uma importância decisiva para “deixar para trás essa abordagem marxista ingênua, de que a construção ideológica simplesmente oculta alguma realidade social. O argumento central de Lacan é que para a realidade social se estabelecer — por realidade social quero dizer ordem social, realidade simbólica social —, algo tem de ser primordialmente reprimido. [...] então, o espectro não esconde a realidade social, mas o que deve ser primordialmente reprimido para que a realidade social possa surgir” (ŽIŽEK, 2017, p. 86-87).

<sup>10</sup> Ainda em conformidade com o autor, nesse período há os romances nos quais “os motivadores das ações das personagens são muito remotamente sociais e mesmo a pobreza aparece menos como resultado das forças econômicas e sociais e mais como decorrência de um afastamento de Deus” (BUENO, 2006, p. 352).

<https://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/17749>. Acesso em: 4 de jul. de 2021.

CANDIDO, A. A nova narrativa. In: \_\_\_\_\_. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. Poesia, documento e história. In: \_\_\_\_\_. **Brigada Ligeira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 41-56.

CHIAPPINI, L. Ficção, cidade, e violência no Brasil pós-64: aspectos da história recente narrada pela ficção. In: LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S J. (Orgs). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas, SP. Ed. Unicamp. 1998

CARVALHO, A. **A morte do outro na ficção de Rubem Fonseca**. Artigo de Iniciação Científica (Graduação em Filosofia). Disponível em: <https://ufes.academia.edu/Abra%C3%A3oCarvalho>. Acesso em: 4 de jul. de 2021.

COUTINHO JORGE, M. A. Inconsciente e linguagem: o simbólico. In:\_\_\_ **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan**. Vol. 1: as bases conceituais. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 63-101.

DALCASTAGNÈ, R. Violência, marginalidade e espaço na narrativa brasileira contemporânea. **Revista Diálogos Latinoamericanos**, Dinamarca, vol. 6, n. 11, p. 73-82, 2005. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/113639>. Acesso em: 4 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. Vozes nas sombras: representação e legitimidade na narrativa contemporânea. In: DALCASTAGNÈ, R. (Org.). **Ver e Imaginar o outro: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea**. São Paulo: Ed. Horizonte, 2008, p. 78-105.

FERNANDÉZ, A. J. A. **Slavoj Žižek: uma introducción**. Madrid: Sequitur, 2012.

FONSECA, R. O outro. In: \_\_\_\_\_. **Romance Negro, Feliz Ano Novo e outros contos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996, p. 18-23.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas: a ditadura escancarada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GÓIS, H. R. O. **Rubem Fonseca: o discurso como leitura plural da cidade**. 74 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2016.

KORNBLUH, A. Reading the Real: Zizek's Literary Materialism. In: SBRIGLIA, R. (Org.). **Everything you always wanted to know about literature but were afraid to ask Žižek**.

London: Duke University Press, 2017, p. 32-60.

LAFETÁ, J. L. Rubem Fonseca, do lirismo à violência. In: \_\_\_\_\_. **A Dimensão da Noite e outros ensaios**. São Paulo: Editora 34, 2004.

LORO, A. J.; Paz, D. A. As classes sociais nos contos censurados de Rubem Fonseca. **Revista Literatura em Debate**, Erechim v. 7, n. 12, p. 39-60, 2013. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/823>. Acesso em: 4 de jul. de 2021.

LUKÁCS, G. Narrar ou descrever? (contribuição para uma discussão sobre o naturalismo e o formalismo). In: \_\_ **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 43-94.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à Razão Dualista, O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**. Brasília: Ed. Brasiliense, 1995.

PELLEGRINI, T. No fio da navalha: literatura e violência no Brasil de hoje. In: DALCASTAGNÈ, R. (Org.). **Ver e Imaginar o outro: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea**. São Paulo: Ed. Horizonte, 2008, p. 41-56.

QUADROS, W. J. de. **O "milagre brasileiro" e a expansão da nova classe média**. 1991. 234 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo.

SCHOLLHAMMER, K. E. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SBRIGLIA, R. Did somebody say Žižek and literature? In: SBRIGLIA, Rusell (Org.). **Everything you always wanted to know about literature but were afraid to ask Žižek**. London: Duke University Press, 2017, p. 1-33.

SILVA, G. B. **A produção do paradoxo entre homem e real: ressentimento e rebeldia em Feliz Ano Novo**. 125. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, L. F. **A fronteira entre violência e moralidade na obra Feliz Ano Novo, de Rubem Fonseca**. 119 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2017.

SILVA, M. C. Materialismo Lacaniano. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. (Orgs.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: Eduem, 2009, p. 211-216.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_. A sorte dos pobres. In: **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990, p. 81-109.

\_\_\_\_\_. **Sequências brasileiras**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. Agregados antigos e modernos (entrevista). In: \_\_\_\_\_. **Martinha versus Lucrecia**: ensaio e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 173-183.

VIDAL, A. J. **Roteiro para um Narrador**: uma leitura dos contos de Rubem Fonseca. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

ŽIŽEK, S. **O mais sublime dos histéricos**: Hegel com Lacan. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

\_\_\_\_\_. **Eles não sabem o que fazem**: o sublime objeto da ideologia. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. **¡Goza tu síntoma!** Jacque Lacan dentro y fuera de Hollywood. Traducido por Horacio Pons. Buenos Aires: Nueva Visión, 1994

\_\_\_\_\_. O espectro da ideologia. In: Žižek, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a, p. 7-38

\_\_\_\_\_. Como Marx inventou o sintoma? In: Žižek, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996b, p. 297-332.

\_\_\_\_\_. O Desvio do Real - O Real no Cristianismo. In: **A Marioneta e o Anão**: O Cristianismo entre Perversão e Subversão. Lisboa: Relógio D'Água, 2006, p. 75-116.

\_\_\_\_\_. **Violência**: seis reflexões laterais. Tradução de Miguel Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. **Como ler Lacan**. Trad. Maria Luiza X. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

\_\_\_\_\_. **El Acoso de las Fantasías**. Trad. Francisco Lopéz Martín. Madrid: Akal, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Em defesa das causas perdidas**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Interrogando o Real**. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.